




COVID-19
Novas Medidas Judiciais





A **Gazen** está atenta às movimentações dentro e fora do Poder Judiciário por conta dos impactos do *Coronavírus*.

Confira aqui a análise produzida pela nossa equipe sobre as **novas medidas judiciais** (atualizadas até 21/05) que surgiram cujo objeto envolve os efeitos do COVID-19. Boa leitura!




NOVAS MEDIDAS JUDICIAIS ORIUNDAS DA PANDEMIA DA COVID-19

Nas últimas semanas a Gazen Advogados disponibilizou, dentre outros, informativos acerca das medidas judiciais que mais surgiram ao longo da pandemia enfrentada pelo mundo atualmente.

Nesta semana, importante trazer a conhecimento alguns **dados** relativos a essas medidas perante o Judiciário, tais como alguns valores despendidos para tal, número de ações que se têm até o momento no país e uma breve comparação desse número com o dos Estados Unidos, por exemplo.


Começamos, portanto, comunicando que só nos últimos 15 dias o Ministério Público do Trabalho destinou cerca de R\$ 908.717,97 para ações relativas à prevenção e enfrentamento do coronavírus no Estado do Rio Grande do Sul. O valor beneficiou, dentre outros locais, hospitais e instituições de saúde de inúmeros Municípios do Estado - no Brasil, cerca de R\$ 227.036.260,63 foram destinados ao todo para tais medidas.



Esclarece o MPT que tal valor é oriundo de reversões de indenizações por danos morais coletivos ou multas trabalhistas, que têm a finalidade de reparar algum dano causado à sociedade por meio de violações trabalhistas. Já há, inclusive, uma orientação do Conselho Nacional do Ministério Público indicando o redirecionamento dos recursos de processos judiciais e extrajudiciais para a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais da saúde, ou para a compra de ventiladores e respiradores, por exemplo, haja vista ser um ponto ainda de carência no país.

Outra informação importante a se comunicar, neste momento, são os **dados** disponibilizados pelo Departamento de Gestão Estratégica da Advocacia Geral da União, nesta semana, que indicam que a AGU já atuou em cerca de 1.349 ações movidas perante o Judiciário durante a pandemia, que tenham alguma relação com a Covid-19.


Tal número engloba, segundo os referidos dados, ações que estão relacionadas desde à busca à concretização do direito fundamental à saúde, até a concessão de auxílios emergenciais.



Desse número total, 1.048 tratam de demandas que envolvem pedidos liminares - o que só confirma o assunto amplamente já tratado por este Escritório nos informativos outrora disponibilizados, que indicaram que as medidas liminares eram os meios mais utilizados neste momento, dada a rapidez com que se tem uma decisão, uma vez comparada aos demais processos.

Utilizando-se desses dados, por fim, vale a pena mencionar que o Brasil detém de cerca de 24% a mais de ações que os Estados Unidos, por exemplo, que contam com um número de aproximadamente 800 - o que até é considerado um número elevado.

As ações medidas judiciais no referido país tiveram início nas prisões locais, através de reclamações de condições de segurança dos prisioneiros, bem como com relação ao risco que correm de contrair a doença. Com isso, requereram a liberação dos apenados que estão em grupos de risco e que não cometeram crimes graves.



Além disso, as ações ainda contam com relações de trabalho, responsabilidade civil e, também, contratos, pelas características de força maior atribuídas à pandemia - assunto igualmente já tratado por este Escritório em informativo específico disponibilizado.

Segundo o Jornal Washington Post, a legislação trabalhista local é claramente desfavorável aos trabalhadores e, talvez, o grande número de ações envolvendo as relações trabalhistas possam modificar a realidade enfrentada nesta área. Além disso, perante a Justiça já há organizações tratando da possibilidade de realizar a votação para presidente - marcada para o dia 03/11/2020- por meio dos correios.

Em virtude do que foi apresentado, o intuito do informativo de “Novas Medidas Judiciais” desta semana da Gazen foi o de demonstrar alguns **dados** e **comparações** do que vem sendo disponibilizado toda a semana, principalmente para saber como estão sendo vistas as questões relativas à pandemia pelo **Judiciário**, bem como para demonstrar que há outros países - em que pese em percentual menor - se socorrendo ao Judiciário para enfrentar as consequências negativas desta fase.



GIOVANI GAZEN

OAB/RS 18.611

MAURÍCIO GAZEN

OAB/RS 71.456

JULIANA CAMPOS

OAB/RS 94.800

JAILSON SOARES

OAB/RS 115.168

PRISCILA JARDIM

51E242



(51) 9997-46188

(51) 3330-5589

www.gazen.com.br

www.linkedin.com/company/gazen